

MÁRCIO FERNANDES DE LIMA

**ANÁLISE DE CRÉDITO DE PESSOAS JURÍDICAS
POR MEIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Especialista no Curso de Pós-Graduação em Gestão de Negócios 2002

Orientador: Prof. Jackson Ciro Sandrini

**Curitiba
- 2003 -**

Ponho meu dinheiro em caderneta de poupança. Para quem não entende de economia, é a melhor coisa. Agora, quem entende tem outros lugares para perder.
(Delfim Neto)

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	vii
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Tema	3
1.1.1 Delimitação do tema	3
1.2 Objetivo Geral	4
1.2.1 Objetivos Específicos	4
1.3 Justificativa	5
1.4 Problema	7
1.4.1 Hipótese Básica	7
1.4.2 Hipóteses Secundárias	7
1.5 Metodologia	8
2 EMBASAMENTO TEÓRICO	9
2.1 Conceito de crédito	9
2.2 Conceito de risco	10
2.2.1 Fatores de risco	11
2.3 Garantias	13
2.3.1 Tipos de garantias	13
2.3.1.1 Aval	13
2.3.1.2 Caução de duplicatas	15
2.3.1.3 Caução de cheques	15
2.3.1.4 Alienação fiduciária	16
2.3.1.5 Penhor mercantil	17
2.3.1.6 Hipoteca	17
2.4 Funções das Instituições Financeiras	19
2.5 Linhas de crédito para pessoas jurídicas	21
2.5.1 Contratos de capital de giro	21
2.5.2 Vendor	22
2.5.3 Adiantamento sobre contratos de câmbio (ACC)	22
2.5.4 Adiantamento sobre cambiais entregues (ACE)	23
2.5.5 Financiamento a importação	23
2.5.6 Leasing	24
2.5.7 Empréstimos do BNDES	24
2.6 Objetivo da Análise de crédito	25
2.6.1 Tomada de decisão	27

2.7 Análise Individual da Empresa	28
2.7.1 Análise documental	28
2.7.2 Análise da idoneidade	28
2.7.3 Análise do negócio	29
2.7.4 Fatores internos de risco	29
2.7.5 Fatores externos de risco	29
2.7.6 Análise contábil e financeira	30
2.8 Análise das Demonstrações Financeiras	31
2.8.1 Balanço Patrimonial	32
2.8.1.1 Índice de Liquidez Corrente	33
2.8.1.2 Índice de Liquidez Seca	34
2.8.1.3 Índice de Liquidez Geral	34
2.8.1.4 A Análise do Endividamento	35
2.8.1.5 Índice de Endividamento Total	35
2.8.1.6 Endividamento Bancário no Curto Prazo	36
2.8.1.7 Endividamento Bancário Total	36
2.8.1.8 Nível de Desconto de Duplicatas	36
2.8.1.9 Índice de Imobilização	37
2.8.1.10 Índice de endividamento geral	37
2.8.2 Demonstração de Resultados	38
2.8.2.1 Margem de Lucratividade Operacional	38
2.8.2.2 Margem de Lucratividade Líquida	39
2.8.2.3 Índices de Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido	39
2.8.2.4 Índice de rotatividade do estoque	40
2.8.2.5 Índices de rotatividade das duplicatas a receber	40
2.8.2.6 Índices de rotatividade de fornecedores	41
2.8.3 Demonstração do fluxo de caixa do exercício	41
2.8.3.1 Índice de Cobertura de Investimentos	42
2.8.3.2 Índice de cobertura de juros	43
2.8.4 Orçamento de Caixa	44
2.9 RETORNO SOBRE CAPITAL – ROE	46
2.9.1 O Retorno Sobre Capital (ROE) como análise de crédito	47
2.9.1.1 ROE na Análise Horizontal	48
2.9.1.2 ROE na Análise Vertical	48
2.9.1.3 Retorno sobre Vendas	49
2.9.1.4 Rotação dos Ativos	49

2.9.1.5 Financiamento do Ativo	50
2.9.1.6 Quociente de Endividamento (<i>Leverage ou Alavancagem</i>)	50
2.10 Ciclo Financeiro	52
2.11 Determinação dos Limites de Crédito	54
2.12 Diversificação de Riscos	55
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura do Balanço Patrimonial	32
Quadro 2 – Estrutura da Demonstração de Resultado	38
Quadro 3 – Estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício	42
Quadro 4 – Estrutura do orçamento de caixa	44

1 INTRODUÇÃO.

As decisões que acerbam as instituições financeiras é sempre objeto de muito cuidado por parte dos gerentes de crédito, uma decisão tomada hoje poderá causar uma série de efeitos no futuro, embora se tenha grande dificuldade em estabelecer estes efeitos ou mesmo identificá-los e quantificá-los, estas situações são tanto mais difíceis de serem tratadas quanto maiores forem os riscos e as incertezas do cenário econômico.

A análise através do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras é de grande valia para reduzir as incertezas e os riscos no momento da tomada de decisão.

Pode-se considerar que os bancos e instituições financeiras, em geral, como emprestadores de capital e financiadores de bens de capital pelas empresas, representam o principal grupo de usuários das demonstrações financeiras das empresas. Na segunda metade do século XIX, os banqueiros americanos passaram a exigir das empresas as demonstrações financeiras, como forma de avaliar os riscos que poderiam correr com os financiamentos dados a estas empresas. O próprio desenvolvimento da análise financeira está associado ao sistema bancário internacional. Na década de 20 surgem os índices financeiros, objeto do estudo deste trabalho.

No Brasil a análise de crédito era feita somente através do estudo do cadastro, isto até a década de 60. Tal análise consistia no processo de troca de informações sobre pontualidade em saldar dívidas, valores das operações efetuadas e outras informações dessa natureza.

A vinda de bancos estrangeiros fortaleceu o uso das análises mais aprimoradas. Bancos e instituições financeiras passaram a usar processos de análises de crédito mais sofisticados; pois, como intermediário de recursos, captando-os à vista ou a prazo, têm uma relevante responsabilidade.

A boa prática bancária exclui que seja feita somente análise cadastral e coloque em risco os recursos administrados emprestando-os para empresas que

não estejam dispostas a fornecer dados contábeis e apresentar informações fidedignas sobre sua situação financeira.

Logicamente, não caberá ao banco alegar se as demonstrações financeiras condizem com a realidade de seus negócios, mas compete exercer sua parcela de influência, de pressão e acompanhamento para que tais relatórios satisfaçam cada vez mais à realidade dos fatos.

As instituições financeiras necessitam tomar decisões seguras, com base em informações que permitam avaliar, principalmente a capacidade de pagamento e a solidez do cliente. Mesmo em políticas de crédito a curto prazo, deve-se admitir que, como política de relacionamento comercial com o cliente, uma análise que considerasse também aspectos de longo prazo, em face da possibilidade de renovação daquelas operações. Nos casos de operações de longo prazo, é realçada ainda mais a importância da análise dos índices financeiros.

Este estudo discorrerá sobre o método de análise financeira através de índices, de maneira prática e sucinta, do contrário seria muito oneroso e gastaria tempo demasiadamente aos encarregados da carteira de crédito em fazer análises minuciosas e que talvez não fossem suficientes para a tomada de decisão rápida e segura, impossibilitando uma aplicação prática e objetiva.

1.1 Tema.

Análise de crédito de pessoas jurídicas por meio das demonstrações contábeis.

1.1.1 Delimitação do tema.

Análise de crédito de pessoas jurídicas, pelas demonstrações financeiras e contábeis, através da análise e interpretação de índices que traduzam a situação econômica e financeira da empresa no momento da solicitação do crédito e perspectivas futuras junto a instituição financeira.

1.2 Objetivo Geral.

Conhecer as formas de créditos solicitadas pelas empresas bem como tratar dos preceitos gerais da análise de crédito de empresas através das demonstrações contábeis e financeiras, destacando e trabalhando fórmulas que levantem informações sobre capacidade de pagamento, endividamento, imobilização e capacidade de geração futura de lucro.

1.2.1 Objetivos Específicos.

- Identificar os riscos nas situações de empréstimo através de equações que utilizam dados do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.

- Apresentar soluções para tomada de decisão no momento da solicitação do crédito, por meio da análise de índices financeiros, proporcionando condições para analisar situações de empréstimos, de modo que possibilitem formas de pagamentos e prazos que não prejudiquem o capital de giro da empresa, e que garantam, com margem de segurança, o retorno do capital para a entidade que emprestou os recursos.

1.3 Justificativa.

Este estudo é imprescindível, uma vez que, possibilitará ao gerente da instituição financeira ou ao encarregado da carteira de crédito, tomar decisões com maior rapidez e que minimizem os riscos das operações financeiras, pois as decisões em operações de tomada de recursos são sempre delicadas, seja para a parte dos executivos ou pela parte dos gerentes de instituições financeiras que tomarão a decisão de deferir, modificar ou indeferir a solicitação dos recursos.

Em condições limites poderá significar o fracasso ou o sucesso de uma instituição financeira. O ato de decidir é a mais importante função do gerente, pois este é o responsável por garantir a agilidade, continuidade, qualidade e a segurança dos ativos que administra.

Através de uma orientação geral que envolve o processo decisório de crédito, todos aqueles que estejam a ele ligados, direta ou indiretamente, devem buscar informações adequadas para uma avaliação do potencial de crédito do cliente, no caso do gerente que deferirá ou não a solicitação e no caso da empresa tomadora, o administrador financeiro.

Geralmente, ao solicitar um empréstimo, seja em qualquer instituição financeira, há um tempo relativamente longo até sua decisão. Tal fato ocorre principalmente, em virtude de cadastros mal elaborados e análises superficiais por parte das instituições financeiras, desconhecendo ou não dando a devida importância ao Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis da empresa solicitante.

Este estudo busca indicar parâmetros que reduzam os riscos para as instituições financeiras e agilizem o processo de liberação do empréstimo, que, certamente, possibilitará o aumento do fluxo e a qualidade dos serviços prestados. Conhecendo profundamente o tomador, certamente será mais fácil fazer recomendações relativas à melhor opção de crédito que ele venha a tomar, visando sempre extrair a melhor, tanto para a instituição financeira como para a empresa tomadora; pois, a essência do bom funcionamento de uma instituição financeira não está em concretizar o negócio, mas em criar relacionamentos recíprocos e duradouros.

Sendo assim, é fundamental um estudo em análise de crédito de pessoas jurídicas; pois, trará benefícios a ambas as partes, no processo decisório, e garantirá uma melhor obtenção de recursos possíveis, de acordo com seus demonstrativos contábeis.

1.4 Problema.

Pode-se extrair índices e/ou indicadores financeiros, através de análise de balanços de empresas que procuram recursos para capital de giro, ou capitais para investimentos, que forneçam meios para a tomada de decisão rápida e segura por parte dos gerentes de instituições financeiras?

1.4.1 Hipótese Básica.

Por meio das demonstrações contábeis da empresa o gerente da instituição financeira poderá ter mais confiança na decisão de deferir ou indeferir um empréstimo.

1.4.2 Hipóteses Secundárias.

- a) Com a análise de indicadores e índices poder-se-á fazer com baixa margem de risco, operações de créditos para empresas.
- b) A análise das demonstrações apenas mostra a posição estática da empresa em determinado tempo, o que não garante o mesmo desempenho no futuro.
- c) É, também, válido ter conhecimento dos empréstimos que a empresa saldou, ou não, com as instituições financeiras com as quais fez operações, além de analisar indicadores pormenorizadamente.

1.5 Metodologia.

Será utilizado o método dedutivo, uma vez que a análise se apresentará num modo geral, e não especificamente para um determinado ramo de atividade, ou seja, o que será usado para a análise contábil/financeira poderá ser aplicado em qualquer tipo de empresa; porém deve-se levar em conta seu segmento, pois os índices podem proporcionar interpretações diferenciadas em função do ramo de atividade.

A análise de índices contábeis será a principal ferramenta para a elaboração do trabalho, pois mediante o registro, a demonstração expositiva e a interpretação dos resultados neles contidos, pode-se obter informações sobre a composição de seus ativos e suas variações.

No decorrer deste trabalho serão apresentados os conceitos e os termos mais usados na relação entre a instituição financeira e empresas tomadoras de recursos. E, através de índices que permitirão a elaboração de um diagnóstico geral da situação econômico-financeira da empresa levantar informações, que indicarão ao gerente de crédito da instituição financeira formas de empréstimos que possam ser compensadas pela empresa que tomará o recurso, e que diminuam os riscos para a instituição financeira.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO.

2.1 Conceito de crédito.

Crédito refere-se à troca de um valor presente por uma promessa de reembolso futuro, não necessariamente certo, em virtude do fator “risco”. Portanto existe a necessidade de que o credor faça uma análise cuidadosa da capacidade financeira de cada cliente, antes da concessão do financiamento¹.

Segundo SCHRICKEL (2000) – crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém destacar ou ceder, temporariamente, parte de seu patrimônio a um terceiro, com expectativa de que esta parcela volte à sua posse integralmente, depois de decorrido o tempo estipulado.

Esta parte do patrimônio pode estar materializada por dinheiro (empréstimo monetário) ou bens (empréstimos para uso, ou venda com pagamento parcelado, ou a prazo). Pelo fato de esta cessão patrimonial envolver expectativas quanto ao recebimento da parte cedida, é imperativo reconhecer que a qualquer crédito está associada a noção risco, portanto o gerente de crédito deve lembrar-se que, ao vender um crédito, está automaticamente comprando um risco com todos os problemas e benefícios que a transação envolve. A qualquer momento, acontecimentos imprevistos e adversos, como os decorrentes de recessão econômica, podem afetar as fontes primárias de pagamento, reduzindo assim, a probabilidade de recebimento do crédito e causando transtornos para a instituição que cedeu o empréstimo. O que também torna uma das principais preocupações dos gerentes de instituições financeiras² é a ocorrência de perdas que poderão

¹ BECKMAN *in*: José Odálio dos SANTOS, *Análise de Crédito – Empresas e Pessoas Físicas*. São Paulo: Atlas, 1990, p. 15.

² Entidades públicas ou privadas que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. As pessoas físicas que exerçam quaisquer das referidas atividades, de forma permanente ou eventual, são equiparadas às Instituições Financeiras, para os efeitos legais (Lei 4595, de 31.12.64, art.17).

prejudicar a liquidez e a captação de recursos no mercado financeiro e de capitais.

Em síntese, o crédito é definido como a modalidade de financiamento destinada a permitir a realização de transações comerciais entre empresas e seus clientes e/ou fornecedores. Na relação da empresa com os clientes, o crédito tem importância à possibilidade de financiar suas vendas em parcelas ou a prazo, uma vez que em operações onde a empresa libera crédito aos seus clientes ela supre a necessidade de capital para os próximos períodos; porém, o valor da operação deve considerar os juros correntes, no caso da relação entre a empresa e seus fornecedores, diz respeito à possibilidade de ser financiada, ou seja; comprar a prazo.

Numa visão macroeconômica, o crédito cumpre importante papel econômico e social, pois possibilita às empresas aumentarem seu nível de atividade, estimula o consumo, influenciando assim a demanda, ajuda as pessoas a obterem moradia, facilita a efetivação de projetos para os quais as empresas não disponham de recursos suficientes. Por outro lado, o crédito pode tornar empresas e pessoa físicas altamente endividadas, como pode ser forte componente de um processo inflacionário.

2.2 Conceito de risco.

Risco significa incerteza, imponderável, imprevisível, e isto situa-se necessariamente no futuro. Assim, embora a análise de crédito deva lidar com eventos passados do tomador de empréstimos, as decisões de crédito devem considerar primordialmente o futuro desse mesmo tomador.

O risco sempre estará presente em qualquer empréstimo Não há empréstimo sem risco. Porém, o risco deve ser razoável e compatível ao negócio da instituição financeira e à sua receita mínima almejada¹.

¹ SCHRICKEL, W. Kurt. *Análise de Crédito – Concessão e Gerência de Empréstimos*. São Paulo: Atlas, 2000, p. 45.

A incerteza quanto ao futuro torna a análise de crédito, e por consequência o risco, extremamente desafiador e exige capacitação técnica específica, tornando-a mais que certamente dependente do elemento humano, não podendo jamais ser substituída por qualquer meio cibernético, melhor dizendo; não existe modelos matemáticos que eliminem o risco, será sempre indispensável o parecer do comitê de crédito.

2.2.1 Fatores de risco.

Os fatores identificados como responsáveis pelas perdas bancárias em concessões de créditos, usualmente são divididos em duas partes: internos e externos.

A fraca qualidade no processo de análise de crédito (fator interno) e o agravamento da situação macroeconômica (fator externo), podem resultar na escassez de tomadores saudáveis. Essa situação tende a influenciar na maior concentração de empréstimos com tomadores de alto risco, o que pode resultar na diminuição da receita e da lucratividade¹.

Fatores internos independem da economia e estão relacionados com as características de uma empresa.

Os fatores internos são decorrência de:

- a) profissionais desqualificados;
- b) controle de riscos inadequados;
- c) ausência de modelos estatísticos;
- d) concentração de empréstimos em tomadores de alto risco.

Fatores externos estão diretamente ligados a situação econômica, os quais determinam o nível de atividade econômica e de taxa de juros.

¹ WESLEY *in*: José Odílio dos Santos, *Análise de Crédito – Empresas e Pessoas Físicas*, São Paulo: Atlas, 1990, p.16

Os fatores externos são decorrência de:

- a) política de crédito;
- b) volatilidade das taxas de juros;
- c) taxa de inflação;
- d) caráter dos tomadores;
- e) taxa de desemprego.

2.3 Garantias.

A finalidade da garantia é evitar que fatores imprevisíveis, ocorridos após a concessão do crédito, impossibilitem a liquidação do empréstimo, por mais que a parte tomadora seja idônea com suas obrigações, sempre haverá o risco, seja por fatores climáticos, cambiais, política fiscal, morte do principal dirigente da empresa, incêndio, entre outras causas.

A garantia é considerada pelo Banco Central, como uma das regras de boa técnica bancária, e estabelece que os bancos comerciais, na realização de operações de crédito, exijam uma garantia adequada ao crédito.

Para as instituições financeiras, as melhores garantias são aquelas que possuem maior liquidez, ou seja, aquelas cuja conversão em caixa e respectiva liquidação do contrato de crédito independem de sentença judicial, mesmo assim os gerentes de instituições financeiras nunca devem considerar a concessão de um empréstimo exclusivamente em função da garantia. Em toda concessão de crédito, o gerente deverá ter a convicção de que não será necessário utilizar a garantia para liquidar o empréstimo. A decisão de conceder crédito deve ser baseada na capacidade de reembolso do cliente e não sobre as garantias, ou seja, dar preferência à liquidez sobre a segurança. A formalização da garantia é requisito essencial para que apresente validade, sirva de provas e seja eficaz contra terceiros. Portanto as garantias devem ser formais e registradas em cartório.

2.3.1 Tipos de garantias.

2.3.1.1 Aval.

O aval é uma garantia fidejussória oferecida por um terceiro, que por este ato se torna devedor solidário do devedor principal. A relação que se estabelece entre o avalista e o avaliado é pessoal, direta e intransferível. Diz-se comumente que o avalista, ao dar sua garantia, constitui-se no principal pagador da obrigação, dada a solidariedade estabelecida entre o devedor e seu garantidor em relação ao prestador. (SCHRICKEL, P. 165)

O aval é caracterizado por ser uma garantia pessoal, ou seja, se o tomador da dívida não cumprir com suas obrigações, quem responderá será a pessoal que assinou como avalista. O aval é normalmente atrelado a todas as operações de crédito, por ser a forma de garantia mais comum. Para a instituição financeira o aval é de boa norma bancária no que se refere a diminuição do risco em casos de inadimplência do cliente ou de concordata ou falência da empresa devedora, existem casos em que o avalista é o dono ou sócio da empresa, se esta pede falência, o dono responderá de mesma forma sobre suas dívidas, porém na posição de pessoa física, como avalista.

O aval se concretiza pela simples assinatura do avalista ou de seu procurador, com poderes específicos. A assinatura deve ser feita na frente do título. Caso não haja espaço suficiente para o avalista assinar no anverso, este poderá assinar atrás do título, após a expressão *avalista* ou *por aval*.

A lei não exige a assinatura conjunta de marido e mulher para validade no aval. No entanto, recomenda-se a obtenção do aval de ambos, porque, em caso de execução judicial, o cônjuge que não prestou o aval poderá pedir a exclusão de sua parte nos bens comuns do casal (meação), impedindo que a totalidade dos bens seja penhorada.

O aval garante apenas o valor que está expresso no título de crédito avalizado. Muitos bancos após executarem o tomador e seu avalista pretendem que eles assumam também as responsabilidades por obrigações que vão além das previstas na promissória, o que, às vezes pode funcionar nos tribunais.

O que o responsável pela carteira de crédito deve tomar cuidado ao exigir assinatura de um avalista é atentar para que o título esteja legível e bem formalizado, conferir, além da assinatura, os poderes de quem assinou (mediante procuração, estatuto ou contrato social), que o avalista e os dados sejam os mesmos citados no contrato e que o valor do título de crédito seja suficiente para cobrir o valor do crédito, com os respectivos encargos.

2.3.1.2 Caução¹ de duplicatas².

Duplicata é um título de crédito que se extrai em consequência de uma fatura de venda mercantil ou prestação de serviços. (...)

A caução de duplicatas só produz efeitos a partir da efetiva entrega dos títulos ao credor. Portanto, na caução de duplicatas, somente podemos considerar a existência da garantia, a partir do momento em que os títulos forem entregues ao banco. (SANTOS, P. 37)

É uma garantia muito utilizada pelo mercado bancário, já que possibilita a diminuição do risco de crédito por meio da vinculação de duplicatas selecionadas ao empréstimo solicitado. Essa forma de garantia é uma espécie de penhor e, como tal, constitui-se uma garantia real, na prática observa-se que as duplicatas representam uma das mais eficazes garantias sobre concessões de crédito, principalmente quando observados os seguintes cuidados, evitar concentração de sacados, procurando obter do cliente duplicatas com maior diversificação, verificar se as duplicatas são sacadas contra empresas idôneas, procurar conhecer os sacados e evitar usar duplicatas contra sacados que sejam de movimentação financeira ruim; verificar se os prazos de vencimento das duplicatas é compatível com o prazo de vencimento da operação e procurar receber ou dar preferência às duplicatas devidamente endossadas (assinadas pelo sacado) por quem tenha suficientes poderes.

2.3.1.3 Caução de cheques³.

O contrato de empréstimo pode ter como forma de garantia a vinculação de cheques, o prazo para a apresentação de cheques, para o pagamento, é de 30

¹ A palavra *caução* vem de *penhor*, portanto garantia real.

² Duplicata é um título de crédito que se extrai em consequência de uma fatura de venda mercantil ou prestação de serviços.

³ Cheque é uma ordem de pagamento a vista dada por alguém que possui conta de depósito em uma instituição financeira.

dias a partir de sua emissão, quando for emitido na praça (cidade) onde deve ser pago, e de 60 dias quando emitido em outra praça.

O prazo de prescrição do cheque (perda do direito de cobrar judicialmente) é de seis meses a contar do final do prazo de apresentação.

Alguns cuidados que devem ser tomados na caução de cheques: evitar concentração de emitentes; verificar se os cheques são emitidos por pessoas idôneas, verificar a quantidade e o valor dos cheques emitidos/devolvidos; se a data de vencimento dos cheques é compatível com o prazo de vencimento do crédito e verificar se o valor dos cheques que o cliente está descontando é compatível com o seu histórico de faturamento.

2.3.1.4 Alienação fiduciária.

A garantia de alienação de mercadorias ou bens, considerada real, é também muito utilizada no mercado, ficando o devedor na qualidade de depositário dos bens ou mercadorias, mas transferindo o direito de posse ao credor. (ÁVILA, P.102)

A garantia é constituída de *bens reais*, equipamentos, máquinas ou veículos. Transfere-se para o credor o domínio do bem, embora o devedor permaneça com a posse. Nessa situação, o devedor assume a figura de fiel depositário, não podendo vendê-lo, aliená-lo ou onerá-lo sem a prévia concordância do credor, sob pena de prisão administrativa. Na alienação fiduciária o banco certifica-se de que o bem realmente pertence a quem o está alienando, isso poderá ser feito por meio da apresentação da nota fiscal, a qual o banco poderá apor um carimbo ou escrever a menção "*alienado fiduciariamente ao banco*". Um exemplo bem comum é a documentação de veículos financiados, onde fica explícita a alienação e a instituição financeira que cedeu o empréstimo para a aquisição do veículo.

2.3.1.5 Penhor mercantil.

O penhor de mercadorias ou bens se assemelha à alienação. Difere quanto à execução, já que o direito da posse é do devedor e, dependendo do seu uso, no caso de insolvência, a justiça poderá não penalizar o devedor, ficando o credor sem garantia real e tendo que se habilitar como quirografário. (ÁVILA, P. 102)

Consiste na entrega ao credor, de bem móvel, por um devedor ou por terceiros, para garantir o cumprimento de dívidas, apesar de ser uma garantia real, o penhor mercantil de mercadorias é bastante questionado quanto à sua validade e eficácia. O correto seria que o credor ao receber mercadorias ou estoques em penhor, guardasse-os consigo, para que sua existência e sua disponibilidade garantissem o crédito concedido. Na realidade, os bens são quase sempre componentes do estoque de matérias-primas ou de produtos acabados do cliente, ficando em seu poder, para comercialização na atividade diária. Por isso caracteriza-se como garantia sem qualquer controle por parte do banco, uma vez que não existe um profissional de confiança monitorando as entradas e saídas das mercadorias específicas no contrato de garantia. Para minimizar o risco, é atribuído ao cliente o papel de fiel depositário, ao assinar o contrato, o que o força a assumir o encargo de guardar e conservar as mercadorias recebidas pelo banco em penhor, tal como ocorre na alienação fiduciária.

2.3.1.6 Hipoteca.

A hipoteca de um imóvel assegura ao credor o direito de execução sobre o mesmo. (...)

A hipoteca deve ser registrada, podendo ser em primeiro, segundo, terceiros graus, desde que o credor se satisfaça em obedecer a ordem de execução. (ÁVILA, P.102)

É a vinculação de bens considerados *imóveis* pelo Código Civil para pagamento de dívidas. São bens imóveis passíveis de hipoteca: terras, casas, prédios, apartamentos e lotes.

O fator relevante de risco sobre hipotecas deve-se ao fato de possibilitar ao dono do imóvel poder constituir várias hipotecas, em favor do mesmo credor ou de outros, nesse caso haverá hipoteca de 2º grau, 3º grau e assim por diante. O credor de segunda hipoteca não poderá executar o imóvel sem antes ter vencido a primeira hipoteca, a não ser no caso de insolvência do devedor (dívidas maiores que os bens).

2.4 Funções das Instituições Financeiras.

A principal atividade dos bancos é a intermediação financeira de recursos. Os bancos captam recursos de seus clientes e do mercado (financeiro e de capitais), repassando-os posteriormente sob a forma de empréstimos, na expectativa de realizar em ganhos, aqui denominado spreads. (SANTOS, P. 20)

- a) A primeira, a “função de corretagens” que tratará de localizar poupadores e aproximá-los de unidades que necessitem de fundos, ou melhor, que necessitem da captação dos recursos a serem emprestados, facilitando o fluxo direto da poupança dos poupadores aos investidores.
- b) A segunda é a “função de transformação de ativo”. As instituições financeiras emitem passivos financeiros para captar recursos dos poupadores, e com esses fundos comprar os instrumentos financeiros (ações e bônus) emitidos pelas empresas. Para os poupadores, os instrumentos financeiros emitidos pelas instituições financeiras dominam aqueles emitidos diretamente pelas empresas devido ao menor custo de monitoramento, liquidez e menor risco.

Os títulos emitidos pelas empresas são denominados Títulos Primários por estarem respaldados em seus ativos reais. Os títulos emitidos pelas instituições podem ser considerados Títulos Secundários, porque esses ativos estão respaldados nos Títulos Primários comprados das empresas.

Em outras palavras, essas instituições adquirem títulos primários e por sua vez emitem seus próprios títulos (títulos secundários). Em essência, transformam direitos – títulos primários – em direitos indiretos, chamados títulos secundários – formalmente diferentes do primeiro.

Em conseqüência, a existência de intermediários financeiros beneficia tanto os tomadores de recursos quanto os seus fornecedores, reduzindo o custo para o tomador de recursos e fornecendo maiores garantias ao detentor de poupança e

maior atratividade. Os intermediários financeiros tendem a aumentar a eficiência dos mercados financeiros.

Em geral, quanto mais variados os instrumentos pelos quais as poupanças podem se movimentar dos poupadores aos tomadores de recursos maior a eficiência dos mercados financeiros de uma economia

Outro benefício adicional dos Intermediários Financeiros é sua maior capacidade de assumir risco de descolamento de vencimento de seus ativos e passivos do que os poupadores de recursos. Assim, oferecem serviços de intermediação de prazos para o resto da economia. Devido a sua capacidade de lidar com o descolamento de vencimento de ativo e passivo, as instituições financeiras criam novos tipos de contratos ou instrumentos financeiros, conseqüentemente elas estão sujeitas a riscos de taxa de juros, moeda, liquidez, crédito, etc, que são administrados através de instrumentos de hedging¹: futures², swaps³, etc., esses novos instrumentos financeiros, conhecidos como derivativos, também podem ser usados como fontes de receitas, que implicam na tomada de posições das mesmas e conseqüentemente tem os mesmos tipos de riscos de instrumentos tradicionais.

¹ Mecanismo utilizado por operadores de mercado financeiro e de commodities para se resguardarem de uma flutuação de preços.

² Âmbito dos compromissos de compra e venda, a preços determinados, de lotes prefixados e para uma data futura fixada pelas Bolsas de Valores e de Mercadorias.

³ Designa o processo de crédito recíproco ou empréstimos recíprocos entre bancos, em moedas diferentes e com taxas de câmbio idênticas.

2.5 Linhas de crédito para pessoas jurídicas.

As linhas de créditos oferecidas às empresas são direcionadas ao financiamento de investimentos e capital de giro¹. As necessidades de capital de giro compreendem os gastos operacionais para financiar a matéria-prima e a mão-de-obra direta. Os investimentos² são representados por gastos realizados para a aquisição de bens móveis, como máquinas e equipamentos, e com a expansão de imóveis operacionais.

Como o foco deste trabalho é o crédito à pessoa jurídica discorreremos abaixo sobre as linhas crédito mais comuns:

2.5.1 Contratos de capital de giro.

Sumariamente, é o montante ou conjunto de recursos que não está imobilizado. Estes recursos estão em constante movimentação no dia-a-dia da empresa. Recorrendo ao dicionário, é “o numerário que uma empresa deve manter para atender às necessidades diárias, como compra de matéria-prima, pagamento de impostos, salários e outras despesas”. (SCHRICKEL, P. 215)

Direcionados para suprir as necessidades de capital a curto prazo, como as representadas pelo pagamento de matéria-prima, mão-de-obra e impostos. Os bancos oferecem os contratos para financiamento de capital de giro na modalidade de créditos rotativos ou créditos pontuais.

A garantia exigida normalmente é a nota promissória. Dependendo do risco envolvido, a instituição financeira pode condicionar a aprovação desse financiamento à vinculação de duplicatas selecionadas, em valor equivalente ou superior ao crédito pleiteado.

¹ Geralmente para o capital de giro as empresas adotam o crédito rotativo, em que a instituição financeira disponibiliza ao cliente determinado valor, se necessário a empresa usará uma parte ou todo o valor disponibilizado.

² O crédito para investimento é financiado na maior parte das vezes por linhas específicas de financiamento, fornecidas pelo BNDES, geralmente são empresas de grande porte que obtém estes recursos.

2.5.2 Vendor.

É uma operação de financiamento da compra de bens ou serviços concedido aos compradores, e garantido pelo fornecedor, que necessariamente é cliente do banco, por meio de uma carta de fiança.

Essa linha de crédito pressupõe que a empresa compradora seja cliente tradicional da empresa vendedora, pois será a última que irá assumir o risco da operação.

Nesse financiamento, a instituição financeira paga a vista a empresa vendedora e recebe a prazo dos clientes (empresas compradoras). Algumas vantagens para o fornecedor, são decorrentes de possibilitar melhor gerenciamento do fluxo de caixa e aumento de liquidez; “limpar” o balanço, diminuindo o passivo, e melhorando os índices financeiros e principalmente excluindo também da base de cálculo de impostos os encargos financeiros da venda a prazo (ICMS, IPI, ISS e comissão do vendedor).

2.5.3 Adiantamento sobre contratos de câmbio (ACC).

É bastante utilizado pelos exportadores, a concessão do adiantamento sobre contratos de câmbio está condicionada à aprovação de crédito, idoneidade, solidez e pontualidade de pagamento do exportador. Sobre o adiantamento são cobrados juros variáveis em função do prazo de entrega, conceito do importador e situação econômica-política do país do importador.

Para a concessão do adiantamento, o banco utiliza como recursos as linhas em moeda estrangeira, captados de bancos correspondentes no exterior, com prazo máximo de 180 dias.

A vantagem para a empresa exportadora decorre da possibilidade de captação mais atrativa de recursos, com a finalidade de financiamento da produção e/ou realizar arbitragem entre juros internos e externos.

O público-alvo são empresas exportadoras que necessitem de financiamento e que já disponham de um contrato firmado para exportação futura.

2.5.4 Adiantamento sobre cambiais entregues (ACE).

Esse tipo de financiamento ocorre após o embarque da mercadoria. Sobre o ACE são cobrados juros pelo período da operação e o prazo máximo para a contratação é de 180 dias após o embarque da mercadoria. A responsabilidade do exportador cessa somente quando o importador efetua o pagamento das divisas no exterior. A concessão do ACE também está condicionada a aprovação de crédito, idoneidade, solidez e pontualidade de pagamento do exportador. Sobre o adiantamento são cobrados juros variáveis em função do prazo de entrega dos documentos de embarque, valor da operação, modalidade de entrega, conceito do importador, e situação econômico-política do país importador.

2.5.5 Financiamento a importação.

Compreende a modalidade de financiamento na qual o banco avalia um importador brasileiro perante um exportador (fornecedor no exterior), em transações representativas de importação de mercadorias.

O importador e exportador negociam venda comercial, prevendo cobrança por meio de saque avalizado por um banco no Brasil; o importador solicita ao banco brasileiro a concessão de aval de saque de importação sem ou com confirmação. No caso de sem confirmação, o importador solicita apenas o aval do banco brasileiro, cobrindo seu risco comercial. No caso em que haja confirmação, o exportador requer a confirmação do aval do banco brasileiro por meio de um banqueiro no exterior, visando garantir-se quanto ao risco do banco brasileiro.

A vantagem ao cliente decorre do fato de flexibilizar e agilizar a negociação com o exportador, principalmente quando há agravamento do risco político brasileiro.

2.5.6 Leasing.

Operação de arrendamento de veículos, máquinas, equipamentos e imóveis, onde a posse do bem é da arrendadora e o uso do bem é do arrendatário. A amortização dessa modalidade de financiamento ocorre de forma mensal e a longo prazo, normalmente em 24 ou 36 meses.

O processo consiste em avaliar o risco do cliente, após isso o bem é adquirido pela arrendadora, seguindo especificações do bem e do fornecedor, conforme proposta do cliente. Para minimizar o risco, é prática que o arrendador financie uma parcela do bem, ou exija uma garantia adicional. Ao final do contrato o cliente pode optar por três alternativas: adquirir o bem pelo valor residual; fazer um novo leasing, considerando as depreciações havidas, ou devolver o bem ao arrendador.

Os arrendadores condicionam a aprovação do leasing à vinculação de contrato de seguro do bem, o qual pode ser efetivado com a seguradora do banco financiador ou do concorrente, conforme designação do cliente.

2.5.7 Empréstimos do BNDES.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social repassa o recurso aos bancos comerciais, cujo papel dos bancos é agir como intermediário ao pagar o fornecedor do bem, receber parceladamente do cliente, assumindo o risco do crédito, e repagar o BNDES. O banco ganha com isso os recursos financeiros repassados pelo BNDES, mediante a retenção e aplicação desses recursos no curtíssimo prazo, e também o “*Del Credere*”, comissão que a instituição financeira recebe por assumir o risco. O bem financiado sempre fica em garantia¹, além de outras que o banco negociar com o cliente. O percentual financiado pelo BNDES é variável, dependendo da modalidade de financiamento, do porte da empresa e do tipo de investimento.

¹ Define-se garantia, em seu aspecto de risco, como a vinculação de um bem ou de uma responsabilidade conversível em numerário que assegure a liquidação do empréstimo.

2.6 Objetivo da Análise de crédito.

A política de crédito de uma instituição deve visar a agilidade, a qualidade e a segurança das aplicações de seus Ativos.

Através de uma orientação geral acerca do Processo Decisório de Crédito, todos aqueles que estejam a ele ligados, direta ou indiretamente, devem buscar informações adequadas para uma avaliação do potencial de crédito do cliente. (ÁVILA, P. 1)

A análise de crédito tem como seu principal objetivo identificar os riscos nas situações de empréstimo, evidenciar conclusões quanto a capacidade de pagamento do tomador, seja ele pessoa física ou jurídica, fazendo também recomendações quanto ao melhor tipo de empréstimo a conceder e manter a perspectiva de maximização dos resultados para a instituição financeira.

A análise será tão mais consistente, quanto mais presentes e valiosas forem a quantificação dos riscos identificados e a viabilidade e praticidade das conclusões referidas anteriormente.

Segundo ÁVILA (1992), existem três importantes etapas na análise para se avaliar os riscos ao qual o capital se submeterá:

- a) Análise retrospectiva: a avaliação do desempenho histórico do tomador, identificando os maiores fatores de risco inerentes a sua atividade e quão satisfatoriamente estes riscos foram atenuados ou contornados no passado. A análise histórica procura denunciar eventuais dificuldades quanto ao almejado sucesso do mesmo em resgatar financiamentos tomados junto ao prestador.
- b) Análise de tendências: projeção da condição financeira do tomador, avaliando seu ramo de negócio, mercado, etc...
- c) Capacidade creditícia: esta associa as duas etapas anteriores, pois avalia o atual grau de risco que o tomador apresenta, bem como o provável grau de risco futuro, é importante que o gerente da instituição que cederá o empréstimo chegue a uma conclusão relativa da capacidade do tomador

saldar a dívida e conseqüentemente uma proposta de crédito a qual se adapte ao fluxo de caixa do tomador.

Em síntese o objetivo da análise de crédito é o de chegar a uma decisão, não o de efetuar apenas um relatório explicando as condições financeiras do potencial tomador.

Para chegar até a decisão de deferir ou não a proposta ou avaliação dos valores e tipo de empréstimo a ser concedido, não é uma tarefa simples. Pode-se inferir que a decisão será tanto melhor, quanto melhores forem as informações disponíveis, mas nem sempre é possível ter em mãos todos os dados para que seja feita uma análise de acordo com os procedimentos estabelecidos, mesmo assim uma decisão terá que ser tomada, seja ela positiva ou não.

O representante da instituição financeira deverá ser objetivo na decisão para que o possível tomador delimite precisamente as expectativas futuras; pois, o sentimento de indefinição é um posicionamento criticável sob quase todos os ângulos, principalmente no âmbito profissional.

A atividade de concessão de crédito e empréstimos baseia-se em informações e decisões. As decisões devem ser práticas, ou seja, exeqüíveis, claras e rápidas. Deve-se ater para não entrar em emaranhados de roteiros e cálculos ou sugerir e tentar viabilizar soluções inviáveis ou altamente custosas. Portanto deve-se sempre levar em conta uma política de resultados que prevaleça sobre um custo supérfluo e dispendioso.

A política é o que norteia as tomadas de decisão em um ambiente macro de uma empresa. Na política de crédito devem estar definidos quais os resultados que devem ser alcançados com as operações de crédito. Quais os produtos que irão ser negociados e em quais mercados a empresa irá operar.

A política de crédito deve, portanto, ser flexível, ou seja, mutável ao longo do tempo e auxiliadora na concretização dos negócios, uma vez que os tomadores de empréstimos vivem dos resultados obtidos através dos mesmos e não de suas análises minuciosas.

2.6.1 Tomada de decisão.

A análise de crédito é um processo decisório bastante complexo, envolvendo experiências anteriores, conhecimento sobre o que está sendo decidido, método para tomar a decisão e utilização de instrumentos e técnicas específicas. Assim, no parecer final, a tomada de decisão pode ser entendida como a escolha entre alternativas disponíveis e conhecidas.

Em cada instituição há os níveis decisórios, que no caso de uma instituição financeira bancária, dá poderes aos gerentes de agências para conceder crédito até certo limite; acima deste limite, a decisão cabe a um superintendente regional ou comitê regional de crédito. Desta forma, a tomada de decisão chega até o comitê de crédito, que normalmente é o órgão máximo de decisão sobre crédito, envolvendo, inclusive diretores.

2.7 Análise Individual da Empresa.

2.7.1 Análise documental

Compreende o levantamento da situação legal da empresa e de seus proprietários, baseando-se na verificação dos seguintes documentos:

Contrato social / Estatuto da empresa;

Declaração de imposto de renda da empresa e dos sócios;

Comprovante de identificação dos sócios (RG e CPF);

Contas dos sócios e da empresa (água, luz, telefone, IPTU etc.).

É interessante que a instituição financeira mantenha sempre cópias atualizadas desses documentos, o que agiliza o processo operacional e conseqüentemente as liberações de crédito.

2.7.2 Análise da idoneidade.

Consiste no levantamento de dados que a instituição financeira obtém através de empresas especializadas (Serasa¹) quanto a conduta e o grau de idoneidade do cliente no mercado de crédito.

A pesquisa de idoneidade financeira é uma das principais informações analisadas na análise de crédito. Caso a empresa não apresente informações negativas, ou tenha regularizado as restrições existentes, as demais informações deverão ser coletadas para análise do risco total de crédito. Existindo apontamentos negativos e pendentes, enquadrados como relevantes nas políticas de créditos dos bancos, a tendência constitui-se na imediata recusa ao crédito.

¹ Empresa que fornece sistema automatizado de pesquisa de restritivos para apuração de ações executivas, protestos, registros de cheques sem fundos, assim como qualquer problema de ordem jurídica que afete a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas.

2.7.3 Análise do negócio.

É fundamental para a instituição financeira conhecer a quem pertence a empresa, sua capacidade administrativa, a experiência dos proprietários, o domínio da tecnologia, além do amplo conhecimento do mercado em que atua.

A análise do negócio está ligada diretamente à capacidade da empresa em gerar recursos para pagar o empréstimo, envolvendo não só a avaliação da rotatividade dos produtos ou serviços, mas também a avaliação da rotatividade dos produtos ou serviços e a performance do setor em época de estabilidade, crescimento ou de recessão econômica

Esta análise constitui na observação das atividades operacionais da empresa, considerando-se todos os fatores, internos e externos, de risco que podem afetar a geração de caixa.

2.7.4 Fatores internos de risco.

Entende-se por fatores internos de risco, aqueles voltados à falta de experiência, à incompetência e a desonestidade dos administradores no gerenciamento da atividade operacional da empresa. São fatores controláveis, porém dependentes do nível de formação, da experiência adquirida e da especialização técnica dos administradores.

Segundo SANTOS (2000), foram identificadas as seguintes causas para a falência de empresas:

Tabela 1 – Causas da falência de empresas.

Fatores de Risco	% Total
Incompetência administrativa	45,60
Necessidade de experiência administrativa	42,80
Negligência + Fraude + Desonestidade + Desastres	1,50
Razões desconhecidas	10,10
Total	100,00

2.7.5 Fatores externos de risco.

São os eventos não controláveis pela empresa, os quais afetam o sistema econômico em sua totalidade. Pode-se citar, recessão, conjuntura, concorrência, ações governamentais, como exemplos clássicos de fatores de risco externos que afetam diretamente a liquidez das empresas.

2.7.6 Análise contábil e financeira.

A análise de peças e demonstrativos contábeis é uma parte, apenas uma parte da análise de crédito. Uma parte importante e nunca desprezível, eis que permite lidar com questões quantitativas objetivamente verificáveis. (SCHRICKEL, P. 175)

Compreende o levantamento da situação econômico-financeira da empresa, baseando-se na qualidade de suas informações contábeis disponibilizadas nas demonstrações financeiras básicas: o balanço patrimonial, a demonstração e resultados e a demonstração do fluxo de caixa do exercício.

Com base na análise contábil e financeira pode-se levantar questionamentos importantes quanto ao seguinte conjunto de informações empresariais:

- a) Liquidez: capacidade de pagamento de dívidas (curto e longo prazo);
- b) Endividamento: montante de dívidas que estão financiando o negócio;
- c) Imobilização: investimentos em ativos fixos ou produtivos;
- d) Lucratividade: margens de lucratividade (operacional e líquida) obtidas no negócio;
- e) Rentabilidade: retorno obtido sobre o investimento;
- f) Cobertura: capacidade de geração de fluxo de caixa operacional para cobrir as dívidas.

2.8 Análise das Demonstrações Financeiras.

O procedimento indispensável para a mensuração do risco em operações de crédito é a análise das demonstrações financeiras da empresa. Por esse método as instituições financeiras levantam informações sobre capacidade de pagamento, endividamento, imobilização e capacidade de geração futura de lucro e fluxos de caixa para cobrir investimentos.

As demonstrações financeiras utilizadas para a investigação da conjuntura da empresa são o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício e o Orçamento de Caixa.

A análise das demonstrações financeiras de uma empresa inclui o estudo dos seus dados financeiros e das relações existentes entre estes dados numa determinada data ou ao longo do tempo. Várias técnicas de análises vêm sendo desenvolvidas e utilizadas no ambiente financeiro. Entre estas técnicas duas podem ser destacadas por sua facilidade e conveniência de utilização:

- a) Análise horizontal;
- b) Análise vertical.

Este método consiste em calcular o percentual de cada conta do balanço de uma determinada empresa e compará-los aos valores percentuais de uma ou mais empresas do mesmo porte e ramo de atividade ou de seus próprios dados ao longo do tempo.

Efetivadas as análises horizontal e vertical dos dados, utiliza-se o estudo das demonstrações financeiras, através de índices, como segunda ferramenta de análise.

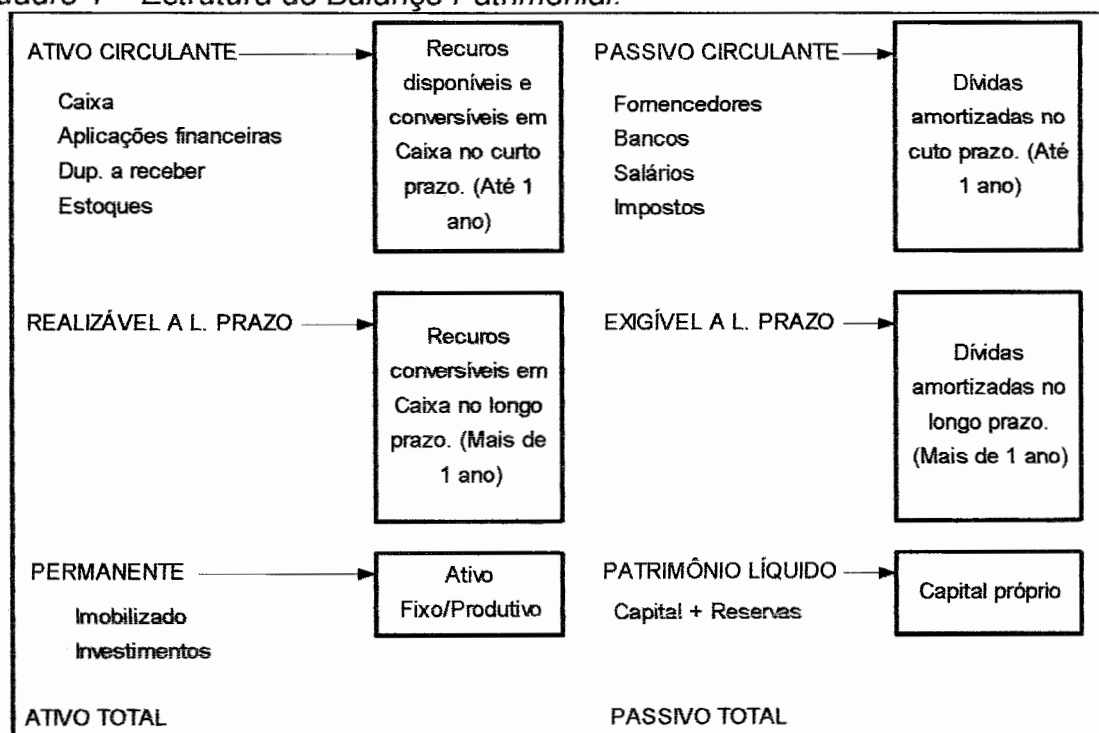
Os índices fornecem uma via rápida para monitorar as condições de uma empresa – apesar de permitirem um exame apenas superficial.

2.8.1 Balanço Patrimonial.

No Balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia. (SILVA, P. 44)

O Balanço Patrimonial é uma das principais peças da análise financeira, pois procura retratar as aplicações existentes em uma empresa em determinado momento, bem como as fontes de financiamento que deram origem às aplicações.

Quadro 1 – Estrutura do Balanço Patrimonial.



O balanço apresenta, de um lado, um grupo de contas que representam os bens e direitos que a empresa possui em determinado momento. Esse conjunto de bens e direitos é designado ativo. Em outro lado apresenta um conjunto de contas que representam as obrigações e o capital próprio (Patrimônio Líquido) que a empresa possui em determinado momento.

Os índices de liquidez, de endividamento e de imobilização de recursos, são as principais informações extraídas do Balanço Patrimonial.

Quanto a utilização da análise dos índices financeiros, GITMAN (1997) afirma o seguinte:

"A análise por meio de índices financeiros é usada para comparar o desempenho e a situação de uma empresa com outras empresas, ou consigo mesma ao longo do tempo." (GITMAN, P.102)

O autor acrescenta ainda que, além dos cálculos dos índices financeiros, o mais importante é a interpretação dos valores destes índices. E que os insumos básicos para a análise baseada em índices são a demonstração do resultado e o balanço patrimonial da empresa, referentes aos períodos a serem examinados.

2.8.1.1 Índice de Liquidez Corrente.

O índice de liquidez mostra a capacidade da empresa em gerar fundos para amortizar as despesas de curto prazo, através do confronto do Ativo Realizável a Curto Prazo e do Exigível a Curto Prazo. O índice relacionado à capacidade de pagamento da empresa no curto prazo é denominado Índice de Liquidez Corrente.

$$ILC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

Em operações de curto prazo, o risco de crédito será menor à medida que o resultado deste cálculo se distancia de 1, ou seja, à medida que esta relação for menor.

Geralmente, segundo GITMAN (1997), um índice de liquidez corrente de 2,0 é mencionado como aceitável, mas esta aceitabilidade do valor do índice depende, em grande parte, da empresa na qual a empresa opera.

2.8.1.2 Índice de Liquidez Seca

O índice de liquidez seca é parecido com o índice de liquidez corrente, com a única diferença que este índice exclui os estoques do ativo circulante da empresa, por ser geralmente "o ativo de menor liquidez" , portanto este índice mostra a capacidade da empresa em amortizar dívidas a curto prazo desconsiderando o que ela possui em estoque.

Este índice pode ser expresso como:

$$ILS = \frac{\textit{Ativo Circulante} - \textit{Estoques}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

Ocasionalmente, é recomendado um índice de liquidez seca igual ou maior que 1,0. Mas da mesma forma que para o índice de liquidez corrente, um valor aceitável depende muito da empresa analisada. Seu resultado orienta a análise, demonstrando, principalmente, a representatividade e a relevância dos estoques na capacidade de pagamento da empresa.

2.8.1.3 Índice de Liquidez Geral

O índice relacionado à capacidade da empresa a curto prazo e a longo prazo é denominado Índice de Liquidez Geral, e é calculado pela seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{(\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a curto prazo})}{(\textit{Passivo Circulante} + \textit{Exigível a curto prazo})}$$

A relação demonstra a capacidade de pagamento da empresa através do confronto de todo o ativo realizável com o passivo exigível.

Em termos de risco do crédito, este será menor à medida que o resultado desta relação for maior, pois tanto maior será também o Patrimônio Líquido da empresa em questão.

2.8.1.4 A análise do endividamento.

O endividamento de uma empresa tem relação geralmente com os recursos de terceiros. A situação de endividamento de uma empresa indica o montante de recursos de terceiros que está sendo usado, na tentativa de gerar lucros. De forma geral, quanto mais recursos de terceiros a empresa utiliza em relação ao seu ativo, maior será a sua alavancagem financeira, termo utilizado para descrever a ampliação do risco e do retorno ocasionada pelo uso de financiamento a custos fixos, como dívida e ações preferenciais. Em outras palavras, quanto maior o endividamento a custos fixos, ou alavancagem financeira, de uma empresa, maior serão o risco e retorno esperados.

2.8.1.5 Índice de Endividamento Total.

O Índice de Endividamento Total mostra quanto do investimento total realizado pela empresa é financiado por dívidas ou capital de terceiros e é calculado pela fórmula:

$$IET = \frac{\textit{Passivo Circulante}}{\textit{Ativo Total}}$$

Para verificar quanto do investimento é financiado por capital oneroso ou bancário, recorre-se às seguintes equações;

2.8.1.6 Endividamento Bancário no Curto Prazo.

$$IBCP = \frac{\text{Banco(s) no Curto Prazo}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Este indicador mostra o grau de relação das instituições de crédito no total de capitais de terceiros captados pela empresa.

2.8.1.7 Endividamento Bancário Total.

$$IBT = \frac{\text{Empréstimos Bancários (Curto prazo + Longo prazo)}}{\text{Ativo total}}$$

Este indicador demonstra o grau de participação das instituições financeiras no total do uso de recursos da empresa.

Segundo ÁVILA (1992), os índices de endividamento são considerados satisfatórios quando inferiores a 0,50.

2.8.1.8 Nível de Desconto de Duplicatas.

$$NDD = \frac{\text{Duplicatas Descontadas}}{\text{Títulos a Receber}}$$

A análise de duplicatas descontadas faz-se interessante no momento em que a empresa solicita junto a instituição financeira empréstimos com desconto de duplicatas, atentando para este cálculo, o gerente da carteira de crédito poderá saber em que nível a empresa está dependendo do recebimento de fornecedores para saldar dívidas com as instituições financeiras.

ÁVILA (1992) sugere que seja feita uma série histórica de pelo menos três períodos para poder avaliar a performance histórica da empresa.

2.8.1.9 Índice de Imobilização.

O índice de Imobilização mostra quanto de recursos financeiros (próprios e de terceiros) é direcionado para investimentos em ativos utilizados na atividade produtiva da empresa.

$$IIM = \frac{\textit{Imobilizado}}{\textit{(Patrimônio Líquido + Exigível a longo prazo)}}$$

A análise do índice de imobilização somente é relevada quando confrontada com a análise do desempenho do faturamento da empresa. Caso o aumento do imobilizado no período (t_1) esteja relacionado com o aumento do imobilizado no período anterior (t), considera-se que o investimento apresentou resultado favorável sobre a atividade comercial da empresa.

2.8.1.10 Índice de endividamento geral.

O índice de endividamento geral mede a proporção dos ativos totais da empresa financiada pelos credores. Segundo ÁVILA (1992), de forma geral, quanto maior for este índice, maior será o montante de capital de terceiros, que vem sendo utilizado para gerar lucros.

$$IEG = \frac{\textit{ExigívelTotal}}{\textit{AtivoTotal}}$$

Este índice é geralmente representado de maneira percentual, ou seja, em, forma de taxa. Um índice de endividamento geral, por exemplo, de 40%, indica que a empresa financia 40% dos seus ativos com capital de terceiros.

2.8.2 Demonstração de Resultados.

A Demonstração de Resultados mostra a situação dinâmica ou acumulativa das receitas, custos e despesas realizadas por uma empresa, ao longo de um período que pode ser mês, bimestre, ano, etc.

É importante ter em mente, quando estamos analisando o Demonstrativo de Resultados, que as receitas e despesas não representam, cada uma delas e necessariamente, entradas e saídas de caixa reais. (SCHRICKEL, P. 232)

Quadro 2 – Estrutura da Demonstração de Resultado.

Receita Líquida de Vendas
(-) Custo de Produção
= Resultado Bruto
(-) Despesas Gerais e Administrativas
(-) Despesas Financeiras
= Resultado Operacional
+ Receitas Não Operacionais
(-) Despesas Não Operacionais
= Resultado Antes do Imposto de Renda
(-) Imposto de Renda
= Resultado Antes do Pagamento dos Acionistas Preferenciais
(-) Dividendos Preferencias
= Resultado Antes do Pagamento dos Acionistas Ordinários
(-) Dividendos Ordinarios
= Resultado Líquido

As principais informações extraídas da demonstração de resultados estão relacionadas com os índices de lucratividade e de efetiva dependência da empresa do capital bancário.

2.8.2.1 Margem de Lucratividade Operacional.

Os índices de lucratividade visam mostrar se a empresa apresentou evolução, estabilidade ou diminuição em suas margens de lucratividade.

O índice relacionado à lucratividade operacional é denominado Margem de Lucratividade Operacional.

$$MLO = \frac{\textit{Resultado operacional}}{\textit{Receita líquida de vendas}}$$

2.8.2.2 Margem de Lucratividade Líquida.

Para que os investimentos sejam viabilizados à empresa, é indispensável que as margens de lucratividade sejam positivas e evolutivas. O índice de Margem de Lucratividade Líquida demonstra qual é o nível de ganho sobre a Receita Líquida de Vendas. Quanto menor for seu resultado, menor serão seus custos e despesas.

$$MLL = \frac{\textit{Resultado líquido}}{\textit{Receita líquida de vendas}}$$

Para que os investimentos sejam viabilizados à empresa, é indispensável que as margens de lucratividade sejam positivas e evolutivas.

2.8.2.3 Índices de Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido.

Pela confrontação entre as contas do balanço patrimonial e da demonstração de resultados são obtidos os índices de rentabilidade sobre o patrimônio líquido (capital próprio) e os índices de rotação das contas patrimoniais.

Para saber qual o retorno obtido sobre o investimento realizado pelos acionistas, utiliza-se o Índice de Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido.

$$IRPL = \frac{\textit{Patrim\~{o}nio L\~{i}quido}}{\textit{Lucro L\~{i}quido do Exerc\~{i}cio}}$$

Quanto maior for esse \u00edndice, melhor ser\u00e1 a avalia\u00e7\u00e3o de risco sobre o desempenho da empresa.

2.8.2.4 \u00cdndice de rotatividade do estoque.

Os \u00cdndices de Rotatividade relacionam-se com a efic\u00e1cia da empresa na rota\u00e7\u00e3o de estoques, duplicatas a receber e fornecedores. Como regra geral, quanto mais r\u00e1pida for a rota\u00e7\u00e3o de estoques e duplicatas a receber, mais r\u00e1pida ser\u00e1 a convers\u00e3o desses recursos em caixa. Inversamente, quanto mais demorada for a rota\u00e7\u00e3o dos fornecedores, sem que haja comprometimento da imagem da empresa no mercado, melhor ser\u00e1 o resultado financeiro no gerenciamento do caixa.

As f\u00f3rmulas para calcular os \u00cdndices de rotatividade s\u00e3o as seguintes:

$$IRE = \frac{\textit{Estoques x 360 dias}}{\textit{Custo das mercadorias vendidas}}$$

2.8.2.5 \u00cdndices de rotatividade das duplicatas a receber:

$$IRDR = \frac{\textit{Duplicatas a receber x 360 dias}}{\textit{Custo das mercadorias vendidas}}$$

2.8.2.6 Índices de rotatividade de fornecedores.

$$IRF = \frac{\text{Fornecedores} \times 360 \text{ dias}}{\text{Compras}}$$

Obs: Compras = CMV - Estoque Inicial + Estoque Final

2.8.3 Demonstração do fluxo de caixa do exercício.

Para observar a geração de fluxo de caixa que a empresa obteve durante determinado período, é usada a Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício, pois esta mostra os fluxos da atividade operacional, dos investimentos e dos financiamentos realizados pela empresa, por esse meio é possível observar efetivamente a conta Caixa e se a empresa possui uma liquidez que seja capaz de honrar em dia seus compromissos com o banco.

O Fluxo de Caixa envolve toda uma tecnicidade e metodologia.(...) o que envolverá a combinação da análise dos demonstrativos da empresa com a assunção de premissas quanto a certas variáveis externas, sobretudo conjunturais, que presumivelmente são factíveis de ocorrer no futuro em termos de geração de Caixa para o financiamento de investimentos ou pagamento de empréstimos tomados anteriormente. (SCHRICKEL, P. 233)

Quadro 3 – Estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício.

A FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
Resultado Líquido do Período
Depreciação
Duplicatas a Receber
Estoques
Fornecedores
Salários e Impostos
B (+/-)FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS
Ativo Permanente
C (+/-)FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS
Bancos (Curto e Longo Prazo)
Integralização de Capital
Empresas do Grupo
Dividendos
D =FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
E +Saldo de Caixa do Início do Exercício
F = SALDO DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO

As principais informações extraídas da demonstração do fluxo de caixa do exercício referem-se aos índices de cobertura dos investimentos em ativos fixos e financiamentos realizados pela empresa, ao longo do período analisado.

2.8.3.1 Índice de Cobertura de Investimentos

O Índice de Cobertura de Investimentos em Ativos Fixos indica se a empresa apresentou fluxo de caixa operacional suficiente para cobrir os investimentos realizados e é calculado pela fórmula:

$$ICI = \frac{\textit{Fluxo de caixa das atividades operacionais}}{\textit{Fluxo de caixa dos investimentos}}$$

2.8.3.2 Índice de cobertura de juros.

O índice de cobertura de juros mede a capacidade da empresa para realizar pagamentos contratuais. Geralmente, quanto maior for este número índice, maior é a capacidade da empresa para liquidar suas obrigações com juros. Este índice é calculado pela fórmula abaixo:

$$ICJ = \frac{\textit{Lucro Operacional}}{\textit{Despesas Financeiras}}$$

Como regra geral, GITMAN (1997) sugere que este índice possua um valor mínimo de 3,0 e de preferência, próximo a 5,0.

É importante estar ciente de que as demonstrações financeiras na análise de créditos nem sempre refletem a real situação de risco das empresas. Principalmente, nos casos que envolvam empresas de pequeno porte ou empresas de natureza limitada que não sofrem auditorias de fontes externas, há a possibilidade de alterações nos dados contábeis a fim de melhorar seu cadastro junto à instituição financeira.

Uma saída para os bancos, no caso de suspeita de que a empresa está apresentando demonstrações burladas e comparar os índices da empresa solicitante do crédito com índices extraídos dos concorrentes. Esse procedimento pode possibilitar o questionamento das informações contábeis da empresa solicitante do crédito, quando os dados por ela disponibilizados se apresentarem contraditórios aos referenciais médios extraídos do mercado.

2.8.4 Orçamento de Caixa.

O Orçamento de Caixa é um instrumento utilizado para prever a situação financeira da empresa a curto prazo, geralmente no período de um ano, em intervalos mensais. (SANTOS, P.81)

É necessário que a empresa forneça a abertura de todas as entradas e saídas de caixa, dessa forma a instituição financeira poderá obter diversas informações da empresa, de natureza operacional e não operacional. As contas operacionais¹ compreendem entradas e saídas de caixa diretamente relacionadas com a atividade produtiva e comercial da empresa.

As contas não operacionais² compreendem a movimentação de recursos financeiros que embora seja importante para a geração de lucros, não está diretamente relacionada com a atividade principal da empresa.

Quadro 4 – Estrutura do orçamento de caixa.

1. TOTAL DAS ENTRADAS DE CAIXA
Receitas Operacionais
A vista (%)
A Prazo (%)
Receitas Não Operacionais
2. TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA
Gastos Operacionais
A vista (%)
A Prazo (%)
Gastos Gerais da Fábrica
Aquisição de Ativos Fixos
Despesas Gerais e Administrativas
Despesas Financeiras
Impostos
Dividendos
3. FLUXO LÍQUIDO DE CAIXA
+ Saldo Inicial de Caixa
4. = SALDO FINAL DE CAIXA
Saldo Mínimo de Caixa
5. APLICAÇÃO FINANCEIRA
6. FINANCIAMENTO BANCÁRIO

¹ São exemplos de contas operacionais: Venda de produto ou serviço a vista, recebimento das duplicatas a prazo, pagamento de matéria-prima a vista, pagamento de duplicatas a prazo e pagamento de salários e impostos.

² São exemplos de contas não operacionais: Receitas com aplicações financeiras, receita com a venda de ativos fixos, despesas financeiras e despesas com eventos sociais.

Pode-se considerar como favorável a situação da empresa, no caso em que o saldo seja excedente; ou seja, superior às necessidades mínimas para o financiamento da atividade operacional do período. Na situação inversa, em que a situação da empresa será desfavorável, o saldo final de caixa não será suficiente para cobrir as necessidades mínimas, o que reverterá à posição de tomadora de empréstimos no sistema financeiro.

2.9 RETORNO SOBRE CAPITAL – ROE

O Retorno Sobre Capital é uma parte importante na análise de crédito, pois, avalia o grau de retorno sobre os recursos investidos no negócio por uma empresa. Esse retorno é a combinação de sua lucratividade, da qualidade e eficiência na utilização do Ativo e da estratégia de financiamento dos ativos utilizados na consecução do objetivo da empresa.

Cada empresa tem determinada composição e grandeza de ativos, estrutura de custos e nível de composição de endividamento e recursos próprios. Da composição destes fatores decorre a construção de uma fórmula simples que mede o retorno sobre o investimento de uma empresa, e que resume a lógica existente nas demonstrações financeiras, fornecendo elementos valiosos para a análise da empresa em questão.

O ROE determina o desempenho global da empresa. No plano concreto, considerando as limitações a que os demonstrativos possam estar sujeitos. (SCHRICKEL, P. 229)

Os fatores que determinam o desempenho da empresa são:

- a) margem de lucro;
- b) utilização dos bens, ou em que bens os recursos são aplicáveis;
- c) quantidade de ativos financiados por determinado montante de Capital Próprio.

Esses fatores podem estar também distorcidos por influências internas induzidas por motivos fiscais, caso não tenha havido alterações de procedimentos contábeis ao longo do período analisado, e lembrando que a instituição financeira não é um auditor e nem terá a extensão de informações e detalhes quanto qualquer executivo da empresa, a resultante deste cálculo certamente se apresentará com uma relevante consistência, possibilitando inferências causais, que permitirá julgar o crédito em análise.

Em síntese, a fórmula para a análise do ROE é:

$$ROE = \frac{LL}{PL} = \frac{LL}{VL} \times \frac{VL}{AO} \times \frac{AO}{PL}$$

onde:

LL = Lucro Líquido

PL = Patrimônio Líquido (tangível)

VL = Vendas Líquidas

AO = Ativo Operacional

Para um melhor entendimento faz-se interessante salientar os componentes da fórmula:

- **Vendas Líquidas:** são as vendas efetivamente concretizadas, deduzidas apenas as devoluções e abatimentos, porém incluindo os impostos incidentes sobre vendas. A não inclusão dos impostos decorre do fato de que estes estão incluídos na contrapartida de Vendas, introduziria assim uma deturpação nos componentes da fórmula, alterando materialmente seu resultado. Em termos práticos, o valor de Vendas a tomar para o cálculo acima é o resultante da subtração das Devoluções e Abatimentos da Receita Operacional Bruta.
- **Lucro Líquido:** diferencial entre o total de receitas e despesas totais.
- **Patrimônio Líquido (tangível):** diferença entre o patrimônio líquido e o diferido.
- **Ativo Operacional:** é o conjunto de bens e direitos diretamente relacionados à atividade operacional ou objeto social da empresa.

2.9.1 O Retorno Sobre Capital (ROE) como análise de crédito.

O ROE resume o desempenho da empresa em três áreas, *lucratividade, eficiência e financiamento dos ativos*. Esta análise deve ser feita tanto no sentido vertical, quanto horizontal. Na Análise Vertical, o desempenho da empresa e sua

condição através de um período determinado, bem como num certo momento específico, é analisado e comparado com o de outras empresas semelhantes, ou com as médias de seu setor de atuação. Na Análise Horizontal¹, o desempenho da empresa é observado através de um período de tempo, geralmente cinco anos, para determinação de tendências importantes que possam vir a prenunciar dificuldades futuras ou oferecer razões de convencimento quanto à capacidade dela em pagar os empréstimos eventualmente solicitados.

2.9.1.1 ROE na Análise Horizontal.

A equação do Retorno Sobre Capital é uma ferramenta elementar na análise horizontal. Acompanhando os quocientes e índices em certo período de tempo, pode-se assim detectar mudanças naqueles itens citados acima (lucratividade, eficiência e financiamento dos ativos). Se percebido algum distúrbio num destes componentes, deve-se procurar saber quais fatores o criaram, caso contrário, o crédito dado a empresa poderá estar comprometido.

2.9.1.2 ROE na Análise Vertical.

Deve-se considerar o ramo de atividade da empresa em questão, pois as demonstrações financeiras contêm uma série de proporções particulares a seu tipo de negócio e que refletem condições existentes em seu setor de atuação. Se o desempenho da empresa diferiu consideravelmente da média do setor, a razão deve ser encontrada e seu impacto devidamente ponderado na avaliação do crédito que o banco possa eventualmente conceder.

¹ Deve-se usar na Análise Horizontal um índice de ajuste devido a incidência de inflação, a maioria dos autores indica o IGP-M.

2.9.1.3 Retorno sobre Vendas.

$$RsV = \frac{LL}{VL}$$

Para melhor analisar a equação acima, vamos focar uma empresa industrial, uma vez que seu objetivo primordial é vender os produtos que fabrica, portanto o Retorno Sobre Vendas é sua margem, que é altamente dependente da estrutura de custos diretamente relacionados ao processo produtivo, bem como de eventuais despesas que pudessem ser eliminadas por simples medidas de contenção de custos. Estes fatores de custos e despesas estão ligados à capacidade gerencial (qualidade da administração) da empresa no que diz respeito a construção de planos e estratégias de produção, marketing e administração.

2.9.1.4 Rotação dos Ativos.

Algo que compromete a geração de lucros futuros da empresa é o investimento em Ativos Não Operacionais; portanto, é indispensável, para uma análise de crédito, saber qual o índice na rotatividade dos ativos. A empresa deve sempre tentar maximizar a rotação dos ativos, um fator que sempre reduz este índice é a vaidade pessoal, como por exemplo: escritórios luxuosos, instalações industriais onerosas, etc. Estes dispêndios são responsáveis, muitas vezes, pela redução da eficiência de ativos, que a empresa entende como sendo operacionais, mas que pouco tem a ver com o foco da empresa:

$$RdA = \frac{VL}{AO}$$

A Rotação dos Ativos será tanto melhor, quanto mais lúcidas forem as decisões da empresa, ou melhor, de seus administradores. A racionalidade do

estabelecimento de prazos de vendas e de sua política de estocagem de matéria-prima e produtos acabados são fatores muito relevantes no resultado do cálculo da RdA.

2.9.1.5 Financiamento do Ativo.

Este componente da fórmula ROE relaciona-se com a idéia de solvência a longo prazo, quociente de endividamento e estrutura apropriada de capital, que se relaciona com o grau de proteção que os credores externos tem em relação aos riscos do negócio, os quais não devem ser aceitos ou assumidos pelas instituições financeiras que possibilitam a operacionalidade do empreendimento a curto prazo.

Quanto a solvência de uma empresa SCHRICHEL (2000) relata o seguinte:

O termo solvência significa solvabilidade, ser solvente. E diz-se que uma pessoa é solvente quando esta tem "capacidade para pagar suas dívidas". (SCHRICHEL, P. 224)

$$Fin.Ativo = \frac{AO}{PL}$$

2.9.1.6 Quociente de Endividamento (*Leverage ou Alavancagem*).

$$Leverage = \frac{ExigívelTotal}{PL.Tangível}$$

A alavancagem é uma medida de quanto a empresa pode contar com terceiros credores e, contrariamente, o quanto ela depende daqueles terceiros.

Em síntese, quanto maior o quociente, maior o risco financeiro, isto é, maior é a possibilidade de que a empresa possa não ser capaz de cumprir com os pagamentos de principal e juros no futuro.

O Patrimônio Líquido tangível ou material é o valor registrado no Balanço a título de Patrimônio Líquido, diminuído dos Ativos Intangíveis, geralmente representados por despesas pagas antecipadamente, cujo efeito ainda não refletiu sobre a formação do Lucro Líquido do Exercício e, portanto, não afetou o Patrimônio Líquido.

A quantidade de endividamento aceita para a empresa vai depender do ramo de atividade, do nível de risco do negócio e da estabilidade de seus lucros. O gerente da instituição financeira que está cedendo os recursos deve observar sempre que o Patrimônio Líquido da empresa deverá ser superior ao risco que ela representa na operação de crédito; pois, um dos principais postulados no mercado financeiro é que o risco do negócio deve necessariamente ser absorvido por seus proprietários ou acionistas.

Pode-se considerar então que, uma empresa com alto risco do negócio deve, idealmente, ter um Patrimônio Líquido maior do que o necessário para uma empresa com um baixo risco do negócio.

O nível de alavancagem considerado aceitável também está relacionado com a estabilidade dos lucros da empresa; pois, quanto mais estáveis os lucros, maior a alavancagem admissível pelo banco.

2.10 Ciclo Financeiro.

O Ciclo Financeiro procura mostrar o uso e as fontes de recursos das empresas decorrentes de sua atividade normal.

A apuração do ciclo financeiro orienta a análise quanto ao prazo em que a empresa tem de aguardar, com recursos próprios ou captados de terceiros, para suprir suas necessidades de produção, estocagem, venda e recebimento, descontando-se a única fonte natural que é o prazo dado pelos fornecedores para pagamento das matérias-primas.

LEITE (1995), orienta que quanto mais rápido for o ciclo financeiro, menos depender-se-á dos financiamentos usados para a produção. Caso contrário será necessário obtenção de fundos que financiem a operacionalidade da empresa.

O Ciclo Financeiro é apresentado pela idéia subsequente:

- (+) Prazo Médio de Recebimento de Vendas
- (+) Prazo Médio de Renovação de Estoques
- (-) Prazo Médio de Pagamento de Compras
- (=) Ciclo Financeiro

Formulação dos indicadores:

a) Prazo Médio de Recebimento de Vendas – *PMRV*

$$PMRV = \frac{Títulos a Receber}{Vendas \times n^{\circ} \text{ de dias do período}}$$

b) Prazo Médio de Renovação de Estoques - *PMRE*

$$PMRE = \frac{Estoque Médio}{Custo dos Produtos Vendidos \times n^{\circ} \text{ de dias do período}}$$

c) Prazo Médio de Pagamento de Compras - *PMPC*

$$PMPC = \frac{\textit{Fornecedores}}{\textit{Compras X n}^\circ \textit{ de dias do período}}$$

Para a análise financeira é de grande valor o estudo do Ciclo Financeiro, pois, em casos onde o Ciclo Financeiro for longo, representará maior necessidade de recursos para manter a atividade da empresa e, na falta de recursos próprios suficientes, a conseqüente deterioração dos seus resultados, representando assim, um maior risco de crédito.

2.11 Determinação dos Limites de Crédito.

O limite de crédito que a instituição financeira atribuí a um determinado cliente é o risco máximo que ela está disposta a correr com aquele cliente. O problema que se apresenta é que, se a instituição financeira for muito liberal na concessão do crédito, sua exposição a eventuais insucessos de seus clientes fica muito ampla; mas, de outra forma, corre-se o risco de limitar sua carteira e, conseqüentemente, o seu lucro. Cumpre, portanto, definir critérios lógicos que atendam a estes dois objetivos: preservar a saúde financeira da instituição e não comprometer seus empréstimos.

O limite de crédito de um cliente antigo que não apresentou problemas na conta corrente, deve ser função não apenas de sua capacidade de depósitos, mas também do conceito comercial que ele desfruta junto a instituição financeira. Dentro dessa idéia, as empresas deverão ser classificadas quanto ao risco de crédito, como por exemplo: excelente, boa, regular e ruim.

Dessa maneira, para duas empresas com idêntico potencial de pagamento, mas com diferentes conceitos comerciais, deverão ser atribuídos diferentes limites de crédito. Isto porque, sendo o limite de crédito o risco máximo que a instituição financeira está disposta a correr com aquele cliente, é natural que uma empresa classificada como ótima mereça por parte da instituição financeira um crédito maior do que outra classificada como regular.

A relação entre os empréstimos dos vários clientes pode ser vista através da seguinte ótica: cada empresa tem um comportamento singular, no entanto, todas têm uma média.

Além dessa distinção entre as empresas, todas as vezes que o gerente da carteira de crédito julgar que o limite de crédito determinado for inadequado para um cliente, este limite pode ser revisto, seja pelos índices financeiros da empresa e de seus concorrentes ou pela idoneidade da empresa. Não existem fórmulas exatas que sirvam para minimizar ou eliminar o risco em todas as empresas; porém, os índices são uma boa fonte de informação para se chegar a um valor de limite de crédito. Assim, tudo depende da análise que se faça da base de dados.

2.12 Diversificação de Riscos.

Para minimizar o risco na concessão de empréstimos, os bancos podem se utilizar do relacionamento com seus clientes, por meio de armazenamento e geração de informações históricas, quanto à movimentação de depósitos e saques, ao longo desse relacionamento. Ao observar as saídas e entradas de dinheiro na conta corrente, os bancos podem moldar o perfil de risco de seus clientes, além de usar essas informações como reforço para tomadas de decisão em novas solicitações de crédito.

Entretanto, quando o solicitante do crédito é um cliente novo, não haverá histórico de movimentação. Sendo assim, o banco dependerá totalmente da argúcia da sua equipe de crédito, em levantar e analisar dados. Para tanto é necessário obter informações desses clientes por meio de empresas especializadas em coletar e arquivar informações, como a Serasa, ou mediante o relacionamento interbancário.

Quando não há possibilidade de encontrar dados concretos nas suas relações interbancárias, a instituição financeira pode-se utilizar da variação nas carteiras, como dividir o valor do empréstimo em desconto de duplicatas, penhor mercantil, hipoteca, alienação, etc.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A análise financeira, através de índices, é uma ferramenta fundamental; pois resume grande quantidade de dados, de fácil compreensão e análise. Por outro lado, os índices têm suas limitações, que devem ser ponderadas no momento da análise de crédito, uma vez que os índices são baseados em dados de demonstrações financeiras e sua interpretação tem que considerar os princípios contábeis utilizados na preparação de suas demonstrações. É válido salientar que as demonstrações contábeis podem variar de empresa para empresa em virtude de diretrizes contábeis singulares.

No momento da análise, deve-se ter em mente as eventuais mudanças de condições ocorridas no período em questão; pois, a empresa pode ter alterado sua linha de produção, ou ter buscado outros mercados geográficos.

Compreende-se que os índices não dão suporte total para uma tomada de decisão certa, apenas minimizam o risco de crédito da instituição financeira, que está cedendo o financiamento; comprovando, assim, como correta a primeira hipótese ressaltada anteriormente: a análise de indicadores e índices evidenciam o risco que a instituição financeira irá correr.

Observou-se, na segunda hipótese estudada, que a análise das demonstrações apresenta apenas a posição estática e momentânea da empresa e não assegura o mesmo desempenho no futuro. Por outro lado, através da análise financeira em mais de dois períodos, o gerente da carteira de crédito poderá conhecer o desempenho histórico da empresa em saldar dívidas com instituições financeiras; pois, as chances da empresa continuar honrando seus compromissos nos próximos períodos será maior, desde que nenhum fator macroeconômico venha a interagir e interferir. Portanto, a terceira hipótese também se aceita como afirmativa correta.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ÁVILA Filho, Francisco. **Análise Avançada de Crédito**. 1 ed. São Paulo: IBCB, 1992.

BLATT, Adriano. **Cobrança e Recuperação de Dívidas**. 1 ed. São Paulo, 1996.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7ª ed. São Paulo: Harbra, 1997.

LEITE, Hélio de Paula. **Introdução à Administração Financeira**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços - Abordagem Básica e Gerencial**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003

MÉRCIA, Morales. **Análise e Controle da Administração Financeira – Fundamentos**. 1 ed. São Paulo: Textonovo, 2003.

PRESS, Eric. **Análise Financeira – 25 Princípios para Tomar Decisões com Mais Segurança – Série Pocket Mba**. 1 ed. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, J. Odálio. **Análise de Crédito – Empresas e Pessoas Físicas**. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHRICKEL, W. Kurt. **Análise de Crédito – Concessão e Gerência de Empréstimos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SECURATO, José Roberto. **Crédito - Análise e Avaliação do Risco**. 1 ed. São Paulo: Saint Paul, 2002.

SECURATO, José Roberto. **Decisões Financeiras em Condições de Risco**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SILVA, J. Pereira. **Análise Financeira das Empresas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

SILVA, J. Pereira. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.